

Por que não se sustentam os argumentos da indústria sobre comércio ilícito e supostos benefícios econômicos da liberação de DEFs

A indústria do tabaco defende a liberação do comércio de cigarros eletrônicos e outros dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) no Brasil de forma constante. Mesmo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter avaliado e atualizado a norma vigente desde 2009 (RDC 46/2009), aprovando uma nova resolução (RDC 855/2024) que mantém a proibição da comercialização dos DEFs no Brasil e amplia as ações de enfrentamento ao consumo desses produtos, as empresas de tabaco e seus aliados continuam a buscar caminhos para liberar a venda. Essas ações da indústria - que incluem, por exemplo, lobby com membros do poder público e ações de marketing como a publicação de artigos em veículos de mídia de grande porte - vêm sempre acompanhadas de argumentos diversos, mas que não se sustentam frente às evidências livres de conflito de interesse reunidas até agora, bem como a experiência que o país já tem com os cigarros e outros produtos de tabaco convencionais.

Entre os argumentos utilizados por representantes e aliados da indústria regularmente estão alegações de que a liberação traria benefícios econômicos ao país e seria uma maneira de lidar com o comércio ilícito de DEFs. Mais especificamente, é afirmado que a liberação dos DEFs poderia resultar em uma [arrecadação anual de R\\$ 3,4 bilhões](#) em impostos federais. O que a indústria e seus aliados omitem, no entanto, é que a pesquisa que resultou nessa estimativa foi [financiada pela BAT Brasil](#). Recentemente, dois estudos revelaram as estratégias da Philip Morris do Japão para influenciar decisores políticos, profissionais de saúde e consumidores, e entre elas está o financiamento de pesquisas favoráveis aos seus produtos. Isso mostra que os dados são questionáveis, pois visam [interesses comerciais da indústria do tabaco](#).

Além disso, mesmo que fosse verdadeiro, esse valor é irrisório em comparação com os custos que o consumo de produtos de tabaco traz para o Brasil. Um estudo de 2024 mostrou que os custos totais somam mais de [R\\$ 112,2 bilhões de reais por ano](#), incluindo tratamento de condições de saúde tabaco-relacionadas e custos indiretos (incapacidade e morte prematura). Ou seja, ainda que a liberação resultasse em alguma arrecadação, ela seria completamente insuficiente para compensar os gastos com os quais o país precisa arcar para enfrentar o tabagismo, que, além de já serem enormes, aumentariam exponencialmente, visto que os DEFs são comprovadamente muito [prejudiciais para a saúde](#).

Vale lembrar que esses custos exorbitantes se dão apesar do Brasil ter conseguido reduzir substancialmente a prevalência de tabagismo nas últimas décadas. Cigarros eletrônicos e outros DEFs ameaçam reverter os avanços obtidos nesse aspecto, especialmente com relação ao consumo por jovens. A pesquisa Vigitel de 2023 mostra claramente que o principal público desses produtos são os mais jovens, visto que [a prevalência de uso de DEFs entre adultos](#) com mais de 18 anos das capitais brasileiras é de 2,1%, mas considerando apenas os adultos entre 18 e 24 anos, ela salta para 6,1% - ou seja, quase o triplo.

Ademais, em [artigo publicado no site do Conjur](#), a procuradora Élide Graziane Pinto destaca que todo esse sucesso histórico do SUS na redução do consumo de tabaco está em risco a partir do

surgimento dos cigarros eletrônicos e seu comércio ilícito no território nacional. Liberar a comercialização dos DEFs poderia agravar ainda mais esse quadro, visto que a proibição da Anvisa é comprovadamente eficaz para [frear o aumento do consumo](#). Além disso, esses produtos servem como porta de entrada para o consumo de cigarros convencionais, aumentando em até 4 vezes o risco do usuário [se tornar um fumante regular](#).

Com relação ao comércio ilícito, tampouco é possível afirmar que uma eventual liberação traria qualquer benefício. Cigarros convencionais têm a venda permitida, e ainda assim o contrabando é um problema bastante persistente. Só em 2022, segundo dados da Receita Federal, foram destruídos cerca de 180 milhões de maços de [cigarros apreendidos](#). Contudo, existem instrumentos eficazes para o enfrentamento do comércio ilícito, como estratégias para controle de fronteiras e cooperação internacional, que estão descritos no Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, tratado internacional do qual o Brasil é signatário. O que a liberação dos DEFs faria seria justamente o oposto: o consumo aumentaria (o que aconteceu em países que regulamentaram a venda) e a procura pelos produtos também, inclusive por meios ilícitos, como [destacou](#) o Diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres. A própria Anvisa já prevê medidas para enfrentar o contrabando de cigarros eletrônicos, incluindo ações de monitoramento, inteligência e fiscalização e possibilidade de parceria com os Correios para [coibir encomendas de cigarro eletrônico pela internet](#).

As evidências livres de conflitos de interesse e experiências prévias, tanto com os cigarros convencionais no Brasil quanto com os DEFs em outros países, mostram, portanto, que uma eventual liberação desses produtos traria consequências sérias para a saúde e a economia, aumentando ainda mais a carga para a sociedade e agravando a epidemia de tabagismo.